PROVA DISCURSIVA P_3

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P_3**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Em cada questão e no estudo de caso, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) folha(s) de texto definitivo correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Auditor**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na avaliação de cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Na avaliação do estudo de caso, esses valores corresponderão a **60,00 pontos** e **3,00 pontos** respectivamente.

QUESTÃO 1

A ideia de poder envolve uma condição relacional. Para que haja poder de A sobre B, ambos devem participar de alguma relação especial. Na relação Estado-cidadão, a característica de sujeição é permanente e involuntária: submetemo-nos ao poder do Estado não por opção, mas por fazermos parte de uma sociedade política. Daí o traço extroverso do poder estatal.

Para se legitimar, o poder extroverso precisa estar vinculado a uma condição geral: deve cumprir finalidades de interesse geral, ou então transformar-se-ia em um poder arbitrário. A partir, então, da adstrição dos poderes estatais às regras de direito, passa-se a exigir que a manifestação dos poderes que correspondam a medidas constritivas de direitos dos cidadãos só possam ser adotadas mediante expresso fundamento legal e para satisfazer finalidades de que resultem benefícios, diretos ou indiretos, a todos. A construção estatal acaba por se afastar da ideia de poderes implícitos, antitética ao conceito de Estado de direito.

Assim, os poderes administrativos devem ser compreendidos como ferramentas de trabalho do poder público e, como tais, podem ser afastadas no caso concreto em favor de outro instrumento legalmente previsto que se mostre mais apto a satisfazer o interesse público, como os acordos substitutivos de sanções. Disso decorre a ideia de poder-dever, no sentido de um poder que não é prerrogativa, mas função.

Floriano de Azevedo Marques Neto. **Poderes da administração pública**. Fórum de Contratação e Gestão Pública. Belo Horizonte, ano 14, n.º 161, maio/2015 (com adaptações).

Tendo o texto acima apresentado como referência inicial, redija um texto dissertativo acerca dos poderes da administração pública. Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- Discorra sobre os poderes da administração pública e conceitue a expressão poder-dever, considerando o contexto apresentado no texto. [**valor: 2,00 pontos**]
- Cite pelo menos quatro poderes da administração pública. [**valor: 2,00 pontos**]
- Conceitue ao menos dois dos poderes da administração pública citados. [**valor: 2,50 pontos**]
- Apresente um exemplo prático do exercício, pelos tribunais de contas, de cada um dos dois poderes conceituados, considerando o desempenho, por esses tribunais, das funções típicas de controle externo do poder público. [**valor: 3,00 pontos**]

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

Em 2015, um tribunal de contas estadual (TCE) instaurou procedimento de tomada de contas especial para apurar eventual aplicação indevida de recursos públicos, realizada no ano de 2004, por um gestor, servidor público efetivo do estado adstrito ao referido TCE. Na notificação do TCE, consta que o gestor estará sujeito a decretação da medida cautelar de indisponibilidade de seus bens e, se for condenado, a: pagamento de multa; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos; ressarcimento ao erário público do valor indevidamente aplicado, na forma e gradação previstas em lei.

Devidamente notificado, o gestor alegou, em sua defesa, que os fatos apontados pela fiscalização eram muito antigos, pois os atos ocorreram há mais de dez anos, não havendo mais a possibilidade de produção de provas. Argumentou, ainda, que o TCE não teria competência para aplicar todas as sanções previstas na notificação e que houvera prescrição das referidas sanções.

Com referência à situação hipotética acima apresentada, redija um texto dissertativo, abordando, de forma fundamentada, os seguintes pontos:

- competências do TCE; [**valor: 2,35 pontos**]
- competência para propor ação de ressarcimento; [**valor: 2,35 pontos**]
- eventual violação aos princípios da segurança jurídica, do contraditório e da ampla defesa; [**valor: 2,40 pontos**]
- prescrição das penalidades constantes da referida notificação. [**valor: 2,40 pontos**]

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 3

Situação hipotética:

O juízo único da comarca X ordenou que o Poder Executivo local praticasse determinado ato administrativo, tendo endereçado a intimação ao gabinete do prefeito e ao procurador-geral do município. A notificação, na qual constava a decisão mandamental, foi devidamente entregue ao vice-prefeito, que, na ocasião, substituía o prefeito, ausente em decorrência de uma viagem oficial. Com a intenção de não cumprir a referida decisão, o vice-prefeito em exercício consultou o procurador-geral do município, que também havia sido intimado. Pessoalmente, o procurador-geral o estimulou a não cumprir a ordem judicial nem justificar ao magistrado as razões de seu descumprimento. O vice-prefeito agiu, então, conforme a orientação recebida.

Decreto-lei n.º 2.848/1940 – Código Penal

Desobediência
Art. 330 – Desobedecer a ordem legal de funcionário público:
Pena – detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

Decreto-lei n.º 201/1967

Art. 1.º São crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:
(...)
XIV – Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente; (...)

Analise, com fundamento na jurisprudência dos tribunais superiores, nos dispositivos legais anteriormente apresentados (excertos dos Decretos-leis n.^{os} 2.848/1940 e 201/1967) e no regramento a respeito do concurso de pessoas previsto no Código Penal, a conduta de cada um dos agentes públicos/políticos mencionados na situação hipotética acima descrita, indicando, se for o caso, o tipo de crime praticado.

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 4

João Amorim Calçados Ltda. é microempresa contribuinte de impostos federais, estaduais e municipais. Mensalmente, ela declara, por intermédio de guias tributárias, o valor dos referidos tributos. Em janeiro de 2015, essa empresa declarou os tributos por intermédio do documento de arrecadação, mas não os recolheu, devido a dificuldades financeiras advindas de acentuado decréscimo em suas vendas. Em fevereiro do ano em questão, ela informou parcialmente os fatos geradores e, em março, abril e maio, não declarou nenhum dos fatos geradores. Após tal período, as vendas da João Amorim Calçados retomaram o nível anterior e sua situação financeira voltou à normalidade. Em julho, o sócio-gerente foi informado por outros empresários conhecidos de que haveria em breve uma ação fiscal para aferir a regularidade tributária dos contribuintes da região. Ante a iminência dessa ação fiscalizatória, a empresa, na pessoa do seu sócio-gerente, resolveu procurar a Receita Federal do Brasil (RFB) para regularizar sua situação fiscal.

Com relação aos fatos objeto da situação hipotética acima narrada, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos.

- Os créditos tributários de janeiro, fevereiro e março estão constituídos? [**valor: 1,50 ponto**]
- Que providência administrativa a RFB deve adotar para proceder à cobrança dos créditos de janeiro, fevereiro e março? [**valor: 4,00 pontos**]
- A pessoa jurídica João Amorim Calçados Ltda. pode beneficiar-se do reconhecimento da espontaneidade para fins de aplicação do instituto da denúncia espontânea? Qual a natureza da denúncia espontânea e a consequência do seu reconhecimento para a pessoa jurídica? [**valor: 4,00 pontos**]

RASCUNHO – QUESTÃO 4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

ESTUDO DE CASO

Em 12/10/2009, a Secretaria da Administração e Previdência do Estado do Paraná publicou ato referente à concessão de aposentadoria integral por tempo de serviço — trinta e sete anos de serviço — ao servidor Carlos de Souza, então com sessenta e sete anos de idade, que fora empossado no cargo de professor de ensino superior da Universidade Estadual de Londrina em 7/10/1974. Para a concessão da aposentadoria, computaram-se em dobro dois anos referentes a período em que o servidor havia trabalhado, sob o regime celetista, em condições insalubres, como técnico em raios X. Por força de lei em vigor desde 1982, o cálculo dos proventos integrou gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva percebida nos anos de 1985 a 1991.

Após o processo ter sido remetido para o TCE/PR, foi elaborado parecer sugerindo que o referido ato fosse julgado ilegal, com negativa de registro, em razão da impossibilidade do cômputo integral do valor da gratificação nos proventos de aposentadoria, por força da Emenda Constitucional n.º 20/1998, e da impossibilidade da contagem do tempo de serviço prestado como celetista em atividade insalubre. Conforme o parecer, o servidor deveria devolver os valores percebidos.

Carlos, no uso da ampla defesa, apresentou manifestação afirmando que agira de boa-fé e que tanto a aposentadoria concedida quanto o valor do cálculo estavam corretos, bem como argumentou que houvera decadência do direito de rever o ato, já que haviam se passado mais de cinco anos da sua publicação, ou seja, o ato fora publicado em 10/10/2009, e desde então estava sob análise no TCE/PR.

Na condição de auditor do TCE/PR, analise a legalidade da aposentadoria concedida no caso hipotético acima descrito e sua conformidade com a jurisprudência e com as regras constitucionais a respeito da matéria. Em sua análise, manifeste-se a respeito dos seguintes aspectos:

- incorporação integral da gratificação; [**valor: 15,00 pontos**]
- contagem recíproca do tempo de serviço prestado; [**valor: 15,00 pontos**]
- decadência; [**valor: 10,00 pontos**]
- devolução de valores. [**valor: 8,00 pontos**]

Por fim, apresente conclusão [**valor: 9,00 pontos**] que aponte a solução jurídica adequada ao referido caso.

RASCUNHO – ESTUDO DE CASO – 1/3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – ESTUDO DE CASO – 2/3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – ESTUDO DE CASO – 3/3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO

RASCUNHO

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação
e Seleção e de Promoção de Eventos